



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638374 - SP (2021/0000721-2)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : JANE YUKIKO MIZUNO
ADVOGADO : JANE YUKIKO MIZUNO - SP198462
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : VICTOR MATHEUS CANDIDO FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de VICTOR MATHEUS CANDIDO FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1500473-72.2019.8.26.0283).

O paciente foi condenado pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, inciso III, da Lei n. 11.343/06, às penas de 7 anos, 11 meses e 8 dias de reclusão e de 793 dias-multa.

O impetrante requer, liminarmente e em definitivo, a concessão da ordem para que o paciente seja absolvido por falta de provas, ou que sua conduta seja desclassificada para o delito do art. 28 da Lei de Drogas.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente